

«A escripta prehistórica do Brasil» de Alfredo Brandão

Acabamos de ler o livro «A escripta prehistórica do Brasil», da autoria de Alfredo Brandão, volume que faz parte da «Bibliotheca de Divulgação Científica», direcção do prof. dr. Artur Ramos, e editado pela «Civilização Brasileira, S. A.», do Rio de Janeiro.

E' obra valiosa, não só pelo tema versado, como pela clareza de linguagem e boa lógica do autor que diz com simplicidade e foga, sob novos aspectos, a interpretação de inscrições rupestres, largamente espalhadas pelo território da nação irmã.

O Brasil é vasto repositório de tesouros arcaicos, cujo estudo, pode dizer-se, principia agora, visto entrar na fase metódica e analítica que serve de apanágio à ciência e a caracteriza. A arqueologia, que está longe de poder dizer a última palavra acerca do passado do homem, vai ter, nesta parte da América do Sul, vasto manancial de subsídios. E talvez as dúvidas que pesam sobre muitos pontos obscuros, até ao presente impossíveis de esclarecer, sejam dissipadas pela chispa luminosa arrancada aos chãos de Santa Cruz, cofre precioso cujas portas se vão descerrando a pouco e pouco, mostrando-nos, avaramente guardado nas entranhas do barro fértil, o luminoso joel da verdade prehistórica.

A obra de Alfredo Brandão não se ocupa do homem, sob o ponto de vista antropológico. Concilia as teorias geológicas de Hegerer e de Henri Guéde, de Laparent e de Negri. Filia a ascendência dos aborígenes nos povos da Atlântida que, segundo opinião de muitos, a começar em Platão, seriam subvertidos por pavoroso cataclismo nas águas do nosso oceano, cataclismo que devia ter separado a África da América do Sul; concluindo, mesmo, que a regressão dos índios brasileiros seria devida a taras nervosas originadas na temerosa convulsão. Finalmente—e é esta a essência da obra—tenta interpretar os signos brasileiros segundo a onomatopela, preconizada por Hender, levantando a tese de que «os signos prehistóricos do Brasil são os restos de uma escripta antiquíssima e universal, mãe de todos os sistemas actualmente existentes».

Nenhuma dúvida oporemos quanto à antiguidade e simbolismo dos caracteres. Como lembra Alfredo Brandão—e nós também o pensamos—não

seria por mero prazer que o selvícola brasileiro, ou o prehistórico, consumiria debalde esforço e tempo, e larga dose de paciência, na esculpida da rocha, trabalho que, se é penoso com instrumento adequado, extenuante seria com os grosseiros entalhadores de sílex, ou quejandos, de que poderiam dispôr.

Igualmente, nenhuma dúvida nos assiste quanto à identidade de origem, não só dos caracteres alfabéticos e numéricos de uso geral, como também da palavra enunciada, da linguagem verbal com que se exprimem os homens de todos os pontos da terra.

A' mesma conclusão chegamos em seguida a porfiado estudo e mediante exame a radiculos fónicos colhidos em mais de 30 vocabulários de diferentes nações, espalhadas por todo o glóbo, e nos dois hemisférios.

Dêsse estudo faz parte um modesto ensaio, há mais de ano interrompido por doença prolongada, mas que esperamos poder dar à estampa dentro de curto prazo. Em face dos métodos que supomos novos, constantes do nosso trabalho, supomos inútil recorrer à existência do signário de que fala Filinders para justificar identidade de figuras, visto como, por motivo ponderáveis, toda a humanidade prehistórica deveria servir-se de linguagem comum ou muito semelhante, possuindo, nas diversidades morfológicas impostas pelo afastamento regional e geradoras de variedades idiomáticas, os mesmos valores fónicos de expressão.

Raonhecêmos, portanto, mediante os elementos de que dispomos, a razão da tese de Alfredo Brandão.

Quanto à unidade de origem dos valores escriptos do alfabeto, bem como da série de algarismos a que chamamos árabes e constituem os números dígitos, já o senhor De Paravey procurou demonstrá-la, há muitos anos, num excelente trabalho onde predomina a imaginativa, mas onde poderemos respigar dados interessantes e noções de subido aprêço.

Cotejando os radicais de grande número de termos da chamada lingua geral, (guaranó-tupy), não só com os respectivos sinónimos de vários agrupamentos selvícolas do Brasil dotados de linguagem diferenciada, como também com os dialectos da antiga Califórnia e com os dos Índios dos Estados Unidos, comparando os radicais destes diale-

ctos e idiomas com a terminologia dravídica e salística: com o chinês, o japonês e o siamês; com o arábico, o grego e o hebraico; e, finalmente, com termos das chamadas linguas vivas do ocidente—acquamos a convicção de que, desde tempos primordiais, o mesmo radicum (seja a radical fónica mais simples de características vibratórias definidas) serviu de génese a toda a gama de sinónimos, compostos e derivados, que constituem o grande vocabulário universal.

Não significa isto que estejamos inteiramente de acôrdo quanto à interpretação dos signos brasileiros. Neste capítulo, as conclusões a que chega Alfredo Brandão parecem-nos um tanto arrojadas. Quanto a nós, subsistem muitos pontos obscuros, requerendo aturado e atento estudo.

Assim, o valor onomatopáico tizil, ou tzil, talvez não deva relacionar-se com o símbolo do bólide, antes com a trépida sonância da centelha, ou feixe de centelhas que sai da pedra percutida ou friccionada por outra pedra ou pelo ferro.

Por outro lado, há fortes motivos para pensarmos que a representação pictórica da cruz obedeceu a outra génese. A cruz—supomos, e a seu tempo aduziremos as nossas razões—foi tomada pelo prehistórico para representar a figura humana na sua forma esquemática mais singela. Conservou o mesmo valor ideográfico e simbólico por tempos indefinidos. Serviu, segundo a sua postura e inclinação, não só para indicar o homem em geral, como o homem defunto, o local de jazida, o santuário da morte. E só depois, muito mais tarde, com o antropomorfismo dos deuses, passou à representação hierática—símbolo misterioso dos deuses manifestados mas invisíveis—do sol, da estrela, do incógnito e da luz, do ponto, do impalpável, da inteligência universal em suma, que, sob o aspecto poderoso e harmónico de que se revestia deveria ter o máximo de similitude com a forma humana—fonte concreta da inteligência e da dinâmica voluntária. Deve ser desde então que se destaca a suástica, a cruz em movimento, a cruz humanizada—cuja evolução parece ter lado origem ao aglomerado chinês que se lê tsé—e que também veio a exprimir, no forma hierática—que é geralmente, a mais simples—todo um mundo de conhecimentos, de significações e de

mitos, dos quais os mais notáveis serão os que lhe foram atribuídos pelos Árias.

Sobre muitos outros pontos de onomatopáica e de interpretação estamos de pleno acôrdo, se bem que haja necessidade, como acima dissemos, de esclarecer largamente este capítulo.

Quanto à palavra Brasil, igualmente opinamos por uma antiguidade remota; todas as nossas dúvidas estão no conhecimento de que, entre os Aztecas, o termo huiltzil servia para designar o colibri; e como seria natural que o Brasil fôsse largamente conhecido dos Aztecas, natural seria que eles designassem o país onde o picafôr superabunda como o país de Tzil, seja do beija-fôr; e, sendo assim, pelo comércio e trato com o indígena, o termo tanto podia ser oriundo da América Central e assimilado pelas tribus do sul, como fazer parte do vocabulário aborigene.

Ora isto não constituiria objecção de peso, se não fôsse a larga diferenciação da lingua azteca em relação à dos seus vizinhos. A provar-se-lhe a origem azteca, dado o inevitável artifício que por vezes acompanha a criação de vocabulos nos idiomas que se gramatizam, torna-se duvidosa a vetustez prehistórica do termo.

Para fecho, achamos que seria interessante investigar sobre o uso e aplicação de certo amuleto usado pelos Quichuas e que muito se parece com o babal. A gravura em que o vimos reproduzido é pouco elucidativa; mas, conquanto despido dos traços ornamentais que caracterizam a maior parte da louça de Majá, deixa-nos a impressão de que servia aos mesmos fins.

Quanto ao uso do babal, há certo termo muito em voga no Brasil que se exprime com a mesma radical e que por decôrdo não reproduziremos aqui, que nos sugere ser sua aplicação a mesma da tanga, confirmando a presunção da quasi totalidade dos investigadores.

Aos que se interessam por estes estudos, aconselhamos a leitura do belo trabalho de Alfredo Brandão. Livro útil sob todos os aspectos, de leitura aprazível, pleno de erudição, é obra de valor que honra sobremaneira não só o intellectualismo do Brasil contemporâneo, como o nome illustre que o subscrive.

ALBERTO LIMA